

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

GUIA DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTROS DECORRENTES DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS A RECEBER – CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 08/2016

**Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE
Divisão de Informação e de Normatização Contábil – DNC
Atualizado em 30/12/2022**

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – Reconhecimento pelo Regime de Competência	3
2.1 - Execução orçamentária concomitante com a competência patrimonial	3
2.2 - Execução orçamentária posterior à competência patrimonial.....	3
2.2.1 - Reconhecimento inicial: créditos com competência ocorrida antes de 2017 e não reconhecidos patrimonialmente.....	4
2.3 – Receitas recebidas antes do fato gerador	5
3 – Ajuste para Perdas.....	5
3.1 - Lançamento de ajuste para perdas	6
3.2 – Baixa do Ajuste para perdas	6
4 - Reclassificação Longo/Curto Prazo	6

1 – INTRODUÇÃO

Este Guia de Lançamentos Contábeis tem por objetivo demonstrar os registros contábeis relacionados à Instrução Normativa CAGE nº 08/2016, que dispõe sobre procedimentos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas e dá outras providências.

2 – Reconhecimento pelo Regime de Competência

Os créditos a receber devem ser reconhecidos pelo regime de competência, quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços associados à transação fluirão para a entidade, e que esses benefícios possam ser mensurados confiavelmente.

2.1 - Execução orçamentária concomitante com a competência patrimonial

Quando o ingresso for concomitante ao fato gerador. Nesta situação, o lançamento do crédito a receber patrimonial não deve ser realizado previamente, pois o recebimento é concomitante à competência.

Exemplo: venda de mercadoria à vista.

Lançamentos: transação de ingresso de receita gera os seguintes lançamentos contábeis automáticos

D - 1.1.1.1.1.XX.XX.XXXX - Caixa/Bancos

C – 4.X.X.X.XX.XX.XXXX - Variação Patrimonial Aumentativa

2.2 - Execução orçamentária posterior à competência patrimonial

Em 2016, para implantação inicial dos créditos a receber por competência, foi realizada pesquisa pela DNC junto aos órgãos e entidades e identificadas as principais receitas cujos ingressos não coincidem com a sua competência patrimonial, mas que podem ser controladas e registradas. Deverão ser feitos lançamentos contábeis manuais de reconhecimento inicial quando for identificada a existência de crédito a receber cujo fato gerador ocorreu em exercícios anteriores, além de passarem a ser realizados lançamentos pela competência ao menos mensalmente. As

classificações de receita correspondentes aos créditos registrados por competência estarão programadas no sistema FPE para realizar os lançamentos automáticos de baixa do ativo de crédito a receber no momento do registro do seu ingresso. Havendo necessidade identificada pelos órgãos/entidades, poderá haver inclusão de novas classificações.

Exemplo: prestação de serviço com recebimento no mês seguinte.

Lançamentos:

No momento da prestação dos serviços - ingresso manual (de acordo com relação de contas em anexo deste guia):

D - 1.X.X.X.X.XX.XX.XXXX - Contas a receber (Ativo)

C – 4.X.X.X.X.XX.XX.XXXX - Variação Patrimonial Aumentativa

No momento do recebimento: transação de ingresso de receita gera lançamentos contábeis automáticos

D - 1.1.1.1.1.XX.XX.XXXX - Caixa/Bancos

C - 1.1.X.X.X.XX.XX.XXXX - Contas a receber (Ativo)

Quando o lançamento de créditos a receber pela competência patrimonial não for realizado previamente ao ingresso orçamentário, o saldo da conta ficará inconsistente e será necessário lançamento de ajuste para regularização do mesmo:

D - 1.1.X.X.X.XX.XX.XXXX - Contas a receber (Ativo)

C – 4.X.X.X.X.XX.XX.XXXX - Variação Patrimonial Aumentativa

A correção monetária, os juros e as multas decorrentes de tais créditos também devem ser registrados pela sistemática apresentada. Para acontecerem os lançamentos automáticos, devem ser comunicadas à DNC as classificações de receita utilizadas nos ingressos.

2.2.1 - Reconhecimento inicial: créditos com competência ocorrida antes de 2017 e não reconhecidos patrimonialmente

Os créditos a receber que foram identificados na pesquisa e cuja competência ocorreu anteriormente a 2017, não ingressaram orçamentariamente e não foram reconhecidos patrimonialmente devem ser registrados inicialmente através do seguinte lançamento:

D - 1.X.X.X.XX.XX.XXXX - Contas a receber (Ativo)

C – 2.3.7.1.1.02.01.0369 – Resultados de Exercícios Anteriores

2.3 – Receitas recebidas antes do fato gerador

No momento do recebimento antecipado, deve ser realizado o registro orçamentário da receita orçamentária, que resultará no seguinte lançamento contábil automático:

D – 1.1.1.1.1.XX.XX.XXXX - Caixa/Bancos

C - 4.X.X.X.XX.XX.XXXX - Variação Patrimonial Aumentativa

Simultaneamente, deve ser realizado o seguinte lançamento manual revertendo a variação patrimonial aumentativa e inscrevendo um passivo, já que há uma obrigação de prestação com o cliente:

D - 4.X.X.X.XX.XX.XXXX - Variação Patrimonial Aumentativa

C – 2.1.8.9.1.XX.XX.XXXX - Adiantamentos de Receitas (Passivo)

No momento da efetiva prestação do serviço, deve ser registrada a variação patrimonial aumentativa em contrapartida ao passivo:

D – 2.1.8.9.1.XX.XX.XXXX - Adiantamentos de Receitas (Passivo)

C - 4.X.X.X.XX.XX.XXXX - Variação Patrimonial Aumentativa

3 – Ajuste para Perdas

Quando surgir incerteza acerca do recebimento de valor já considerado como crédito a receber, o valor incobrável ou cujo recebimento tenha deixado de ser provável deve ser reconhecido como ajuste do respectivo crédito, de acordo com critérios definidos pela área responsável por sua cobrança e revisados no mínimo anualmente por ocasião do encerramento do exercício.

3.1 - Lançamento de ajuste para perdas

Quando reconhecida incerteza de recebimento:

a) Créditos de Curto Prazo:

D – 3.6.1.7.1.98.01.0515 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários

C - 1.1.3.9.1.99.01.0515 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

b) Créditos de Longo Prazo:

D – 3.6.1.7.1.98.01.0515 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários

C - 1.2.1.2.1.99.98.0515 - Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo

3.2 – Baixa do Ajuste para perdas

Quando deixarem de existir as condições que causem incerteza de recebimento:

a) Créditos de Curto Prazo:

D - 1.1.3.9.1.99.01.0515 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

C – 4.9.7.2.1.01.01.0515 - Reversão de Ajustes de Perdas

b) Créditos de Longo Prazo:

D - 1.2.1.2.1.99.98.0515 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo

C – 4.9.7.2.1.01.01.0515 - Reversão de Ajustes de Perdas

4 - Reclassificação Longo/Curto Prazo

Quando um crédito a receber tiver previsão de recebimento após o término do exercício seguinte, deve ser classificado no Ativo realizável a Longo Prazo. As parcelas vincendas no Curto Prazo, devem ser anualmente reclassificadas para o Curto Prazo.

Reclassificação:

Do Longo para o Curto Prazo:

D – 1.1.X.X.X.XX.XX.XXXX – Créditos a Receber – Ativo Circulante

C – 1.2.X.X.X.XX.XX.XXXX – Créditos a Receber – Ativo Realizável a Longo Prazo

Do Curto para o Longo Prazo:

D – 1.2.X.X.X.XX.XX.XXXX – Créditos a Receber – Ativo Realizável a Longo Prazo

C – 1.1.X.X.X.XX.XX.XXXX – Créditos a Receber – Ativo Circulante